

REHEM, David Costa. As Forças Secretas da Revolução: antissemitismo do sigma na Bahia (1933-1937). Salvador: Saggá, 2018. 170 p.

UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A INTELLIGENTSIA INTEGRALISTA E A CONJUNTURA DA DÉCADA DE 1930: A URDIDURA DE UM ANTISSEMITISMO NA BAHIA

Joslan Santos Sampaio¹

Uma das lacunas mais expressas pelos pesquisadores que compõem a historiografia da participação brasileira nos crimes contra a humanidade perpetrados pelo regime nazista é a que diz respeito aos poucos estudos do discurso antissemita na imprensa baiana na Era Vargas. Utilizar o discurso mobilizado por uma porção da imprensa baiana, como meio de reflexão e de produção de conhecimento sobre a construção do antissemitismo na Bahia, figurou-se um objeto fundamental e relevante do trabalho de David Costa Rehem.

Versão da dissertação de mestrado intitulada *As Forças Secretas da Revolução: antissemitismo verde-oliva na Bahia (1933-1937)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, em 2011, o livro *As Forças Secretas da Revolução: Antissemitismo do sigma na Bahia (1933-1937)* procurou reconstituir os discursos tecidos por intelectuais e setores da imprensa baiana sobre os judeus.

Ao assumir, com êxito, a empreitada de apresentar o modo como alguns intelectuais e jornais baianos, ligados ao movimento Ação Integralista Brasileiro (AIB), desempenharam um papel chave na disseminação do antissemitismo na Bahia, o autor em tela, estrategicamente, dividiu o seu livro em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, *Reflexões sobre o antissemitismo*, Rehem, alicerçado pela estratégia historiográfica de diminuir qualquer interpretação equivocada sobre o objeto da pesquisa, se propôs a esquadrihar as diferentes interpretações e definições de antissemitismo para mostrar que os judeus na Bahia, mesmo não vivendo as admoestações físicas experienciadas pelos judeus de outras partes do mundo, especialmente os europeus, não ficaram isentos de experienciar manifestações antissemitas na Bahia.

¹ Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista FAPESB. Professor de História da rede estadual de ensino da Bahia.



Por conta disso, o autor se preocupou, inicialmente, em enunciar a diferenciação entre as manifestações de perseguições aos judeus ancoradas em diferentes bases, a saber: o aspecto religioso, as elaborações racistas e os aspectos políticos e sociais.

Com esse exercício, na medida em que se buscou compreender sistematicamente a construção de um discurso antissemita, Rehem concluiu o percurso argumentando que o antissemitismo consiste em um constructo sócio-histórico e cultural, modulado por interesses individuais e coletivos, não judeus e judeus.

Nesses termos, a proposta implementada no capítulo, estrategicamente, desloca a narrativa de uma total compartimentação e diferenciação entre as formas de manifestações antissemitas já registradas ao longo dos tempos. Portanto, a conclusão é que o antissemitismo do século XX tem suas raízes nos antissemitismos anteriores. E que no século XX, alguns locais, incluindo o estado da Bahia na década de 1930, encontraram condições históricas que permitiram o seu desenvolvimento e a sua implementação.

No segundo capítulo, *xenofobia, imigração e raça no Brasil dos anos 1930*, Rehem se dedicou a apresentar a conjuntura dos 1930 para tornar mais compreensível a modulação e execução de um antissemitismo na Bahia. A rigor, esse exercício desenvolvido pelo autor é fundamental para o leitor não tomar a perseguição e hostilidade aos judeus, desprovida do contexto sócio-histórico. O ritmo dinâmico impresso nesse capítulo ajuda a estabelecer a noção de que a conjuntura não pode ser tomada como algo desassociado dos acontecimentos.

Assim, o capítulo se desenvolve a partir da análise de como Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal, ascendeu ao poder no Brasil. Tomando a “Revolução de 1930” como pano de fundo, Rehem estabelece uma instigante reflexão sobre a (in) coerência do termo “revolução” para o episódio de 1930. O debate acerca da natureza e significado do termo “revolução” consiste, essencialmente, no debate sobre a existência ou não de uma transformação na estrutura econômica, social e política do país. Não obstante, o autor não nega a existência de transformações no país a partir da revolução: em primeiro lugar, a consolidação da burguesia nacional; em segundo lugar, um novo posicionamento brasileiro frente ao cenário internacional.

Na esteira dessa nova postura diplomática, o governo Vargas assinou o Decreto n.º 24.258, de 16 de maio de 1934, que regulamentava a entrada de

estrangeiros no Brasil. Encoberta por um véu regulatório, o discurso de eugenia da lei potencializou a ojeriza aos judeus. Para ratificar essa assertiva, Rehem, habilmente, mobilizou uma série de documentos para explicitar como um número significativo de diplomatas brasileiros esforçaram-se para impedir a entrada de judeus no Brasil. Tal conclusão permite presumir que a má vontade da diplomacia brasileira e varguista, com relação a imigração judaica, constituiu um terreno fértil para a difusão do antissemitismo no Brasil.

Ao pormenorizar o ambiente cultural, social e político brasileiro da década de 1930, Rehem viu-se diante da oportunidade de adentrar em seu corpus de pesquisa. Essa tarefa foi cumprida no terceiro capítulo, *Fascismo e antissemitismo. Considerações teóricas e o discurso antissemita nas páginas de O Imparcial e do Diário de Notícias*.

Antes, porém, o autor realizou algumas considerações sobre o fascismo e o movimento integralista brasileiro. É notável, nesta parte do livro, a atenção dispensada a uma estrutura enunciativa que expõe a associação entre os dois movimentos. Ao falar dessa articulação entre os dois movimentos, o autor trouxe à cena o clássico debate em torno da ligação entre fascismos e antissemitismo.

Em virtude dessa discussão, Rehem conectou o antissemitismo desenvolvido na Bahia com a atuação de uma *intelligentsia* integralista, ou adepta do integralismo, que atuava no estado. Embora a mais famosa política de perseguição aos judeus tenha sido a implementada pelo terceiro reich, tomá-la como uma exclusividade dos alemães torna-se equivocada. Como sustenta o historiador em tela, na Bahia, houve perseguição aos judeus. Se não existe registro de antissemitismo físico, a perseguição ocorreu de uma outra natureza.

A mensagem sustentada, nestes termos, pelo autor, tem relação direta com o amplo repertório de meios de difusão impresso ligados a Ação Integralista Brasileira, ou mesmo simpatizantes da AIB, investigados por ele. São exemplos desses meios: A *Revista ANAUÊ!*; os jornais *A Offensiva*, *O Imparcial*, *Diário de Notícias*; e outros livros. No entanto, são nos jornais baianos *Diário de Notícias*, especialmente na coluna intitulada *Integralismo*, e no jornal *O Imparcial*, principalmente na coluna *Notas e Tópicos*, que recai a principal atenção de Rehem.

Ao lançar o olhar sobre os referidos jornais, o historiador apresentou uma série de textos antissemitas que contribuíram para modular um sentimento de aversão aos judeus nos leitores dos jornais. Da associação do judeu com o

comunismo à conexão do banqueiro judeu com a usura capitalista, a tônica era sempre esquadriñar o judeu como o inimigo dos povos.

Essa questão torna-se importante, pois ajuda a desconstruir algumas narrativas. No constructo histórico do pós-guerra, o antissemitismo foi quase sempre associado à maquinação nazista, referindo-se a Adolf Hitler e seu séquito nazista. No entanto, o livro de Rehem possibilita compreender que, assim como na Alemanha, a *intelligentsia* brasileira e baiana também foi partícipe de uma política de ódio com relação aos judeus.

A título de esclarecimento, após a *Anschluss*, anexação da Áustria pela Alemanha, em 12 de março de 1938, o governo nazista impôs uma série de leis restritivas aos judeus alemães: em 06 de julho, os judeus foram alijados dos serviços comerciais, incluindo corretagem de imóveis; em 25 de julho, médicos judeus foram proibidos de atender clientes arianos; em 27 de setembro, os judeus foram coibidos de exercer a advocacia. Em seguida, todos os judeus foram obrigados a acrescentarem os nomes Israel – aos homens – e Sarah – às mulheres – para facilitar a identificação.

O que interessa aqui é que a norma adotada pela *intelligentsia* alemã foi a passividade em relação ao infortúnio judaico. ”. De forma geral, pode-se dizer que quanto maior o número de judeus afastados dos cargos públicos, mais vagas eram disponíveis aos arianos. Quanto maior o número de judeus proibidos de exercerem suas profissões, mais clientes eram disponíveis aos médicos, advogados e administradores arianos.

Nesse sentido, coerente com a postura crítica, o recurso feito pelo autor leva o leitor a conceber que jornais, colunistas e intelectuais baianos compactuaram, de forma similar aos alemães, na modulação e implementação de uma antipatia e ódio à comunidade judaica. Rehem, encontra, então, a oportunidade de apresentar e refletir a respeito dos intelectuais integralistas baianos e suas relações com o antissemitismo.

Essa reflexão acontece no último capítulo, *Gustavo Barroso, intelectuais integralistas e a questão judaica*, quando o autor apresenta o papel de alguns intelectuais na formação e disseminação do ódio aos judeus. Destaca-se, nessa empresa, o intelectual integralista, cearense, Gustavo Barroso. Através do livro *Brasil: Colônia de Banqueiro* (1936), de autoria de Barroso, e do livro *Os protocolos dos Sábios de Sião* (1936), de autoria da Okhrana, polícia secreta do czar russo, e traduzido por Barroso, o autor integralista tornou-se uma figura constante e elogiada nos jornais *Diário de*

Notícias e O Imparcial. Assim, Barroso tornou-se um importante agente gerador, formador e transmissor de um discurso de ódio aos judeus na Bahia.

Na esteira dos escritos de Barroso, o intelectual baiano Brasilino de Carvalho, em seu livro *O antissemitismo de Hitler*, lançou-se na campanha de defesa das ações da Alemanha nazista contra os judeus. É justamente nesse momento que o jornal *O Imparcial* aparece como um instrumento de legitimação das ideias antissemitas e da Ação Integralista Brasileira. Em suas páginas, como aponta Rehem, uma narrativa de louvação ao trabalho de Carvalho tornou-se a tônica do jornal, demonstrando que o antissemitismo era parte constituinte do discurso da *intelligentsia* integralista na Bahia.

Portanto, a conclusão de maior interesse, que se pode extrair do livro de Rehem, pode ser relacionada com a capacidade de articular as tomadas de decisões antissemitas de uma *intelligentsia* com uma conjuntura que possibilitou margens de manobra a essa intelectualidade e potencializou a modulação de um ódio ao judeu na Bahia. Entretanto, para além de uma análise processual da constituição de um antissemitismo na Bahia, o autor parece asseverar em tom contemplativo um convite para a reflexão a respeito do crescimento de sentimentos conservadores, xenófobos e racistas dos tempos hodiernos.

